

J. P. PEIXOTO ▪ J. V. GONÇALVES ▪ A. A. MARQUES DE ALMEIDA ▪ J. T. OLIVEIRA ▪ J. P. OSÓRIO ▪ R. CARVALHO ▪ L. ALBUQUERQUE ▪ R. RODRIGUES  
J. V. GOMES FERREIRA ▪ F. D. SANTOS ▪ A. J. ANDRADE DE GOUVEIA ▪ A. M. AMORIM DA COSTA ▪ B. J. HEROLD ▪ JOÃO L. L. C. OLIVEIRA CABRAL ▪ J. A. LEITÃO ▪ N. GRANDE ▪ J. C. DA COSTA ▪ A. RODRIGUES ▪ A. TORRES PEREIRA ▪ B. FERNANDES ▪ J. M. GIÃO T. RICO ▪ MILLER GUERRA ▪ M. PORTUGAL V. FERREIRA ▪ J. M. COTELO NEIVA ▪ A. RIBEIRO ▪ M. TELLES ANTUNES  
F. C. GUERRA ▪ A. CORREIA ALVES ▪ F. CASTELO-BRANCO ▪ A. FERNANDES  
A. R. PINTO DA SILVA ▪ C. M. L. BAËTA NEVES ▪ A. X. CUNHA ▪ A. C. QUINTELA  
SUZANNE DAVEAU ▪ ORLANDO RIBEIRO ▪ J. E. MENDES FERRÃO ▪ ILÍDIO AMARAL ▪ O. TEOTÓNIO DE ALMEIDA ▪ F. GUERRA ▪ ALLEN G. DEBUS  
WILLIAM R. SHEA ▪ A. IRIA ▪ F. R. DIAS AGUDO ▪ M. JACINTO NUNES

---

# HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL

II VOLUME



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS

---

PUBLICAÇÕES DO II CENTENÁRIO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

LISBOA • 1986

PROGRESSOS DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO  
DA ÁFRICA EM FINAIS DO SÉCULO XIX

ILÍDIO DO AMARAL\*

SUMMARY

This paper is confined to the plans of the preparation of what was to be considered the first great portuguese scientific expedition to Central and Meridional Africa by the end of the last century. It contains the following items:

- The requests to the King of Portugal, presented by the *Comissão Central Permanente de Geografia* (created by a decree of February 17th, 1876, in the *Ministério da Marinha e Ultramar*) and by the *Sociedade de Geografia de Lisboa* (whose statutes were approved by the *Governo Civil* in January 29th, 1876), pleading for the urgent organization of a national scientific expedition to explore the Central Africa, particularly the continental zone between the angolan and the mozambican coasts.

- The capital importance and meaning of the minutes prepared from the subjects discussed during the meetings of the Permanent Central Committee of Geography, related to the goals and the organization of that great expedition taking in account the general orientations exposed by the Minister of the Navy and Overseas. New perspectives have been disclosed.

- Some short notes on the great travels in the interior of Africa, namely those made by the portuguese, either metropolitans or africans in the first 3/4 of the last century, and the progresses of the geographical knowledge of the *terra incognita* in that part of the Central Africa. The problems of the real limits of the portuguese territorial possessions.

---

\* Académico correspondente nacional, Professor Catedrático de Geografia da Universidade Clássica de Lisboa, Director do Centro de Geografia do Instituto de Investigação Científica Tropical.

• The main tendencies of opinion expressed by the members of the Permanent Central Committee of Geography about the goals of the great expedition and its meaning. The elaboration of the conclusions and the document to be presented to the Government.

• The explorers A. Serpa Pinto, H. de Brito Capello and R. Ivens. The meaning of their travels in Africa.

Para o I Colóquio sobre História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal, realizado pela Academia das Ciências de Lisboa em 1985, escolhemos recordar a expedição geográfica à África Central e Meridional, cuidadosamente preparada no âmbito das actividades da Comissão Central Permanente de Geografia (criada por Decreto de 17 de Fevereiro de 1876 junto ao Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar) e para a qual concorreu igualmente a Sociedade de Geografia de Lisboa (os estatutos e regulamento, entregues no dia 11 de Novembro de 1875 no Governo Civil, foram aprovados em 29 de Janeiro do ano seguinte). Assim, no mesmo ano se criavam dois organismos para o desenvolvimento das ciências geográficas, «tão estudadas lá fora e tão descuradas aqui, embora fôssemos nós os portugueses, um dos primeiros povos que trabalharam no conhecimento da Terra» (A. Ferrão, *A Sociedade de Geografia. As suas origens e a sua obra de 50 anos (1875-1925)*, obra incompleta saída em Lisboa, 1925, p. 108), especificados os fins do primeiro como «coligir, ordenar e aproveitar, em benefício da ciência e da nação, todos os documentos que possam esclarecer a geografia, a história etnológica, a arqueologia, a antropologia e as ciências naturais em relação ao território português, e especialmente às províncias ultramarinas» (Art.º 1.º do Decreto da sua criação) e do segundo como «o estudo, a discussão, o ensino, as investigações e explorações científicas da geografia nos seus diversos ramos, princípios, relações, descobertas, progressos e aplicações» (Art.º 1.º dos Estatutos).

Entre numerosas fontes bibliográficas, para esta contribuição preferimos seguir muito mais de perto os *Annaes da Comissão Central Permanente de Geographia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876 (Dezembro) e 1877 (Junho), umas vezes omitidos, outras vezes nem sempre justamente recordados ou referenciados, não obstante a sua riqueza de infor-

mações sobre a situação contemporânea e, muito particularmente, sobre as discussões havidas acerca da expedição científica que era preciso enviar à África Central, «para abri-la à civilização e ao comércio», do mesmo modo que outros, mais dotados de meios financeiros e de exploradores, já andavam a fazer. Tratava-se de um ponto de honra porque, afinal, a presença portuguesa nessas paragens marcava-se desde o século XV, e muitos tinham sido aqueles que haviam atravessado os sertões africanos. Um testemunho insuspeito, como o Sr. Holub — citado por João de Andrade Corvo no seu vol. III de *Estudos sobre as Colónias Portuguesas*, Lisboa, Tipografia da Academia das Ciências, 1884, pp. 372-373 — em trabalho apresentado ao Instituto Colonial de Londres, acerca do comércio europeu na África austral e central afirmava o seguinte: «Se considerarmos agora o tráfico dos portugueses, vemos que os caminhos por eles seguidos ao sul de África partem de Lourenço Marques e de outras partes da costa oriental mais para norte, e para o alto rio, pelo vale do Zambeze, até 300 a 450 milhas da foz. Mas da costa ocidental negociam eles até aos grandes lagos. Fiquei na realidade espantado quando cheguei a estas partes da África central, para ver todas essas regiões que têm sido consideradas pelo vulgo na Europa como *terra incognita*, e achei, com grande admiração, que muitas destas regiões entre a costa de oeste e os grandes lagos e o rio Congo são bem conhecidas pelos comerciantes portugueses, que voltavam de uma viagem de 150 milhas a leste das Cataratas Viotória de Zambeze, e soube que vinham dos grandes lagos, atravessando o continente, a partir de Luanda, Benguela e Moçâmedes, e chegavam até à vizinhança de Shesheke. Estes homens conhecem cada tribo e cada rio, e as particularidades das diversas tribos, nestas regiões, tão bem que poderiam escrever um livro sobre esta parte da África. Um comércio muito activo se faz do interior para a costa ocidental. A nacionalidade destes comerciantes é, até certo ponto, portuguesa, uns setenta por cento se chamam Mambari, que são uma raça mista. Têm todo o negócio na sua mão».

O texto é muito esclarecedor e serve ainda para o contraponto entre essas viagens e explorações comerciais e aquela que seria longamente discutida pelos membros dos organismos anteriormente citados, cada um na sua sede própria. Porém, muitos deles pertenciam aos dois, como Luciano Cordeiro, Teixeira de Vasconcelos, Jorge C. de Figamière, Marquês de Souza Holstein, José Júlio Rodrigues, Carlos Ribeiro, entre outros.

A exploração do interior da África durante o século XIX foi, em grande parte, a história da pesquisa das redes hidrográficas, sobretudo das nascentes e percursos de alguns dos maiores rios do Mundo: o Niger, o Zaire ou Congo, o Zambeze e o Nilo, o primeiro todo contido no bojo ocidental do continente africano, e os outros nascendo na sua parte central mas divergindo para o Atlântico, o Índico e o Mediterrâneo. Aquela relação está bem assinalada em muitos documentos dos quais damos, como exemplo, o intróito das proposta de lei n.º 21-A do Ministro João de Andrade Corvo, de 28 de Fevereiro de 1877 (promulgada por D. Luís em 12 de Abril), para a constituição da expedição geográfica portuguesa à África central e meridional: «Os estudos geográficos empreendidos por numerosos viajantes na África central, onde caudalosos rios e vastíssimos lagos formam um maravilhoso sistema hidrográfico, tem dado valiosos frutos. A ciência inscreve com nobre orgulho nos seus anais os factos que cada dia alargam mais os seus conhecimentos sobre esse imenso continente, em cujas recônditas regiões se encontram todas as riquezas, de que a civilização carece para se expandir e engrandecer. Os segredos de África, que nos passados séculos só os portugueses tinham podido descortinar, não tardarão em ser de todo revelados ao mundo» (*Annaes da Comissão Central ...*, Lisboa, 2, 1877, p. 125). Também na resposta à interpelação feita pelo deputado A. A. Teixeira de Vasconcelos acerca das acusações públicas dirigidas contra Portugal pelos exploradores V. L. Cameron e E. Young (sessões de 15 e 16 de Fevereiro de 1877 da Câmara de Deputados) já a mesma personalidade afirmara que «a expedição teria por objectivo o estudo de pontos geográficos que (me) parecem da maior importância, não só para a solução geográfica dos grandes problemas, mas também dos interesses de Portugal» ... «A missão que enviaremos à África deverá estudar o curso do Zaire para lá dos limites já conhecidos, procurar as nascentes e reconhecer a ligação dos seus afluentes mais potentes, bem como a bacia hidrográfica do Zambeze. Este estudo geográfico será um estudo eminentemente político e ao mesmo tempo servirá os altos interesses da ciência e do comércio» (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 2, 1877, pp. 212-213, texto em francês).

## I

A exploração sistemática do interior da África, com características científicas, pode dizer-se que começou após a criação da *African Association* de Londres, em 1788, por um grupo de personalidades interessadas sobretudo no reconhecimento do Niger. Sob os seus auspícios, e mais tarde do *Colonial Office*, Mungo Park, em continuação das explorações do Major Houghton, faria as duas tentativas de navegar pelo Niger até ao mar, em 1795 e em 1805. Começando a exploração na foz do Gâmbia (21 de Junho de 1795), subiu este rio até Pisanía (actualmente Karantaba), que era um posto comercial britânico, e atravessou o território ainda desconhecido da bacia superior do Senegal; durante cerca de quatro meses esteve prisioneiro de um potentado árabe, e, finalmente, alcançou Segou (agora no Mali) no dia 20 de Julho de 1796, junto do Niger, o qual desceu por cerca de 80 milhas até Silla. Obrigado a retroceder, por escassearem os mantimentos, tomou um trajecto mais pelo sul, atravessou regiões montanhosas e chegou a Kamalia, no chão Mandinga, onde permaneceu gravemente doente durante sete meses. Com a ajuda de um negociante de escravos transferiu-se para Pisanía (10 de Junho de 1797) e regressou à Grã-Bretanha. Das suas viagens deu boa conta em *Travels in the interior districts of Africa*, 1797, obra que rapidamente se tornou popular e deu ainda maior fama ao autor. Em Agosto de 1805 voltaria a Pisanía, com uma expedição de quarenta europeus, dos quais apenas onze sobreviveriam até Bamako (hoje no Mali). Em canoas foram até Segou e depois Sansandinga, um pouco mais abaixo. Em 19 de Novembro partiria deste ponto para os rápidos de Bussa, cerca de 1.000 milhas a jusante, o local do seu desaparecimento. Só vinte e cinco anos depois os irmãos Richard e John Lander completariam o percurso entre Bussa e a costa. O primeiro foi companheiro do explorador escocês Hugh Clapperton na sua segunda expedição às regiões que ora fazem parte do norte nigeriano. Após a morte de Clapperton perto de Sokoto (Abril de 1827), R. Lander continuou para sueste, até Kano, e depois em direcção à costa através do país Yoruba. A ele se ficaram a dever ainda *Journal of Richard Lander from Kano to the Sea Coast*, 1829, e *Records of Captain Clapperton's Last Expedition to Africa, with the subsequent Adventures of the Author*, 1830, baseado este no diário que ele salvara. A pedido do governo britânico voltaria à África, acompanhado pelo seu irmão John. Desembarcados em Badagri (agora

na Nigéria) em 22 de Março de 1830, dirigiram-se por terra para Bussa, exploraram daí a parte do Niger a montante, por cerca de 160 km, e iniciaram depois a descida na direcção do delta do rio. Aprisionados pelos ibos, só seriam libertados após o pagamento de avultado resgate, sendo transportados para a ilha de Fernando Pó. As suas experiências ficaram registadas em *Journal of an Expedition to Explore the Course and Termination of the Niger*, 1832. Muitas outras explorações permitiriam aumentar os conhecimentos sobre a bacia do Niger, os seus territórios e as suas gentes.

As nascentes do Nilo excitaram, desde tempos muito recuados, a curiosidade humana, sortilégio que se manteve mesmo algum tempo depois de descobertas e descritas na segunda metade do século passado. Em 1856 Sir Richard Burton e John H. Speke, enviados pela *Royal Geographical Society* de Londres para encontrarem os grandes lagos que se dizia existirem na parte central do continente africano, chegaram ao Tanganica em 1857 e, no ano seguinte, John Speke, viajando para norte, daria com o extremo sul do Ukerewe, por ele rebaptizado com o nome de Victoria. Sem ir mais longe, regressou à Inglaterra convencido de ter encontrado as nascentes do Nilo, mesmo sem as ter visto. Isso só teria lugar em 1862, durante as explorações que fez na companhia de James Grant, ao visitar as quedas Ripon, no Uganda, hoje cobertas pelas águas da albufeira de Owen Falls. Henry Stanley completaria a ilustração do mistério em 1875, ao circum-navegar o lago Victoria.

Quanto ao Zambeze, o mérito da sua exploração desde as nascentes à foz caberia, sem dúvida, ao médico e missionário David Livingstone, explorador desde os seus primeiros contactos com as terras africanas em 1841. Atravessou o Kalahari, que penetrou pelo sul e encontrou o lago Ngami; prosseguindo para norte acabou por atingir o curso médio do Zambeze. Em grande viagem de 1852 a 1856, de que o principal objectivo era o de uma cruzada contra a escravatura, subiria o Zambeze, passaria a divisória entre os tributários da parte superior deste rio e os do Zaire e percorreria o território angolano até Luanda. Daqui, numa viagem de cerca de um ano, regressaria ao Zambeze, exploraria as grandes quedas, em 1855, a que ele daria o nome de Victoria Falls, para depois seguir pelo vale do Zambeze até Quelimane. Numa segunda viagem, para testar a navegabilidade do baixo Zambeze, explorou os rios Chire e Rovuma, e o lago Niassa. Na sua última viagem, de 1865 a 1871, sob os auspícios da *Royal Geographical Society* para resolver uma questão de muito interesse geográfico, nomeadamente a divisória

ou divisórias da África meridional, exploraria o complexo sistema de drenagem entre o Niassa e o Tanganica e as cabeceiras do Zaire. Dado como desaparecido, afinal vivia e, ao ser encontrado por Henry M. Stanley em 1871, em Ujiji, junto do lago Tanganica, recusar-se-ia a regressar à Inglaterra uma vez que ainda tinha dúvidas quanto à divisória de águas entre o Nilo e o Zaire. Pensava que o Lualaba fosse elemento importante da drenagem do primeiro. Quando morreu, em 1873, deixou uma ampla e fecunda obra de exploração da parte central do continente africano, com grande influência nas atitudes Ocidentais acerca da África. O seu continuador, H. M. Stanley, teria a oportunidade de percorrer o Zaire no sentido do Atlântico e de tornar melhor conhecida a sua bacia interior. *Through the Dark Continent*, 1878 (2 volumes), dá conta das suas viagens. Verney L. Cameron, enviado também pela *Royal Geographical Society* para procurar D. Livingstone, uma vez que não ficara satisfeita com as notícias de H. Stanley, depois de explorar por sua conta na área das recentes actividades do último, empreendeu a travessia do continente, chegando a Belmonte em 1875 e finalmente a Benguela, no litoral atlântico da província portuguesa de Angola.

Tais acontecimentos não podiam deixar de ter repercussões importantes, em toda a Europa, mas sobretudo em Portugal, país que detinha a mais antiga presença europeia nessa África que outros exploravam agora tão activamente. O Chire já fora subido por portugueses nos séculos XVI e XVII; o grande Niassa também fora explorado por eles no século seguinte, e fixadas as suas posições em documentos cartográficos. Em 1797-1798 o Dr. F. M. de Lacerda e Almeida, natural de São Paulo, com experiência ganha no terreno em trabalhos de marcação de fronteiras entre as possessões portuguesas e as espanholas na América do Sul, bom conhecedor do Mato Grosso, comandante naval, membro da Real Academia dos Guarda-Marinhas, era nomeado governador dos Rios de Sena. Esse «mártir da ciência», como lhe chamou R. Burton, subiu o Zambeze a partir de Tete, para alcançar Cazembe, e daí procurar dirigir-se para Angola. Infelizmente morreria em 17 de Outubro de 1798 na corte do Cazembe. O insucesso da viagem foi ressentido de tal modo pelo governo metropolitano que, nas instruções dada a um novo governador enviado para Tete em 1803, além de ser recordado o fim infeliz da expedição, «organizada com mais zelo que discreção», para explorar as comunicações entre as duas costas, era determinado que se interrompessem outras tentativas oficiais até futuras informações. No entanto, o governo não deixaria de apoiar quaisquer iniciativas individuais de

descoberta de montanhas e rios no interior entre as duas costas, que contribuíssem para o avanço da ciência. Contudo a viagem de Lacerda e Almeida marcou um ponto importante das explorações africanas. Tal como bem apreciou A. Teixeira da Mota em *A Cartografia Antiga da África Central e a Travessia entre Angola e Moçambique, 1500-1860*, Lourenço Marques, 1964, «pela primeira vez, na África Tropical ao sul do equador, aparecia um verdadeiro cientista, geógrafo, e se faziam determinações da longitude por processos astronómicos nos sertões do interior. Infelizmente, ... essas observações não foram de utilidade imediata para a ciência, e só passado meio século viriam a ser aproveitadas para o progresso da cartografia africana» (p. 135).

Na altura da missão do Dr. Lacerda e Almeida, sucedeu que o Governador de Angola encarregara o comandante do posto fronteiriço de Cassange, F. Honorato da Costa, para que organizasse uma expedição até Tete. Chefiada pelo pombeiro Pedro João Baptista, ajudado por Amaro José, ambos negros, a missão concluiria a viagem entre Cassange e Tete em cerca de nove anos (1802-1811), quatro dos quais passados em Cazembe, onde ficaram detidos. Alguns meses após a chegada a Tete os pombeiros regressavam ao seu ponto de partida (1814), depois de cinco meses de estadia forçada, novamente no Cazembe. Embora não tivessem feito a travessia total do continente, de litoral a litoral, porém ligaram pontos importantes do *sertão* entre Angola e Moçambique. P. J. Baptista, homenageado, juntamente com o seu companheiro, pela Corte no Rio de Janeiro, deixou notas de viagem com muito interesse, ainda que faltasse o tratamento científico que ele, evidentemente, não possuía. Um dia terá de se fazer a história dos pombeiros e dos mussambazes, porque tiveram parte importante na animação comercial e na exploração dos territórios.

A tentativa seguinte foi a dos militares José Correia Monteiro e António Pedroso Gamito, que redigiu um diário e mais tarde escreveu um relatório da expedição — *O Muata Cazembe e os Povos Maraves, Chévas, Muízes, Muenhas, Lundas e Outros da África Austral*, Lisboa, 2 volumes, 1854 — iniciada em 9 de Junho de 1831 em Tete (quatro soldados brancos e dezassete nativos, um intérprete mulato e cento e vinte escravos carregadores, dois negociantes mestiços e os seus numerosos carregadores, totalizando o grupo 420 pessoas). Apenas os dois militares portugueses sabiam ler e escrever; mas não tinham quaisquer qualificações científicas, nem instrumentos de pesquisas, salvo apenas uma bússola. Até ao Cazembe, a expedição seguiu um itinerário quase

idêntico ao do Dr. Lacerda e Almeida. Não tendo conseguido ali os apoios para o prosseguimento para ocidente, perante as dificuldades levantadas, teve de tomar o caminho do regresso em 20 de Maio de 1832, para chegar a Tete em meados de Outubro. Uma carta escrita pelos dois militares ao Governador de Angola, antes de saírem do Cazembe, só chegaria ao seu destinatário a 25 de Abril de 1839, isto é, após sete anos de passar de mão em mão por esse vasto sertão!

Na década de 1840 as únicas expedições importantes ficaram a dever-se a Joaquim Rodrigues Graça, plantador de café do Golungo Alto. Tendo partido em Abril de 1843, J. Graça encaminhou-se para leste, por Malange e Luímba, depois para o sul, para o Bié, onde chegou a 7 de Agosto. Retido pelo chefe Quingila, que também se dizia António de Além-Castro, permaneceu aí durante perto de três anos. Havia outros portugueses residentes (quatro de Lisboa, um do Porto e 1 da Madeira), ocupando-se do comércio, e um deles gozava já de muito prestígio: Silva Porto, ou melhor António Ferreira da Silva, natural do Porto, nome que ele achou por bem juntar ao seu. J. Graça acabou por conseguir que o chefe Quingila o deixasse partir, e a 4 de Maio de 1846 iniciou o caminho para o reino do Muatiânvua. Embora por esse modo não alcançasse o Zambeze, o objectivo que lhe recomendara o Governador-geral, resolveu explorar de sua conta as regiões ainda mal conhecidas, registando minuciosas informações sobre os itinerários percorridos em cada dia, os rios atravessados, as características gerais das paisagens, os produtos alimentares, os usos e costumes dos povos, etc., definindo estes, na maioria dos casos, como traficantes de escravos e colectores de marfim e de cera. A 3 de Setembro chegou à residência do Muatiânvua com quem, nos primeiros tempos, manteve boas relações; mas estas deterioraram-se mais para o final da estadia. O seu regresso a Cassange teve lugar no dia 19 de Janeiro de 1848. Infelizmente, a missão não teve outra sequência. Passar-se-iam perto de quarenta anos até à famosa expedição de Henrique de Carvalho, em 1884, ao reino do Muatiânvua.

Charles E. Nowell, no primeiro capítulo do seu livro *The Rose-Colored Map. Portugal's Attempt to Build an African Empire from the Atlantic to the Indian Ocean*, Lisboa, 1982, dando uma boa resenha dessas viagens de penetração durante o século XIX, ao abordar a de Silva Porto começou por introduzir um elemento muito importante nas relações africanas (pp. 15-16). A 3 de Abril de 1852, a chegada de comerciantes muçulmanos de Zanzibar a Benguela causaria enorme

surpresa. Teve isso como consequência o reavivar dos projectos portugueses de travessia da África, pondo o governo à disposição de quem o quisesse fazer um prémio de 1 conto de réis e uma comissão militar. Instado pelo governador de Benguela, Silva Porto, que desde 1837 estava em Angola, aceitaria formar a expedição que na primeira parte se dirigiu para o Barotze, procurando aí obter os apoios do soberano para o resto da viagem. Por motivo de doença Silva Porto não pode prosseguir a expedição. Porém, mandou que alguns dos seus bombeiros o fizessem, conduzidos por um deles, de nome João Silva. Assim procederam, caminhando até ao extremo sul do Niassa e depois, para norte, bem longe, terão atravessado o Rovuma; desceram a Ibo, a Mossuril e passaram à ilha de Moçambique, onde entregaram às autoridades portuguesas uma carta de que eram portadores. Lamentavelmente foram tratados com indiferença e, pior do que isso, como convictos, forçados a trabalhos durante dez meses. Ao fim desse tempo, metidos num barco, viajaram até Benguela. Entretanto, as autoridades de Angola, perdido o interesse pela travessia, não deram grande importância ao feito tão trabalhosamente conseguido, nem sequer o prémio prometido, com a alegação de que o regresso se fizera por outra via.

Os pormenores destas notas tiveram por fim pôr em evidência o carácter das expedições dos primeiros três quartos do século XIX, levadas a cabo por gente arrojada, mas sem qualquer preparação científica ou o necessário apoio material, sem os móveis patrióticos ou os incitamentos governamentais, sujeitos a todos os contratemplos e até ao desinteresse de quem antes os tivesse lançado na aventura. As coisas tenderiam a mudar na fase seguinte, sobretudo a partir da expedição cujo planeamento seria amplamente discutido pelos ilustres membros da Comissão Central Permanente de Geografia e da Sociedade de Geografia de Lisboa, uma expedição que haveria de tomar o cariz de causa nacional e de ponto de honra da presença portuguesa em África. Já não serviam as informações como as de *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguesas na África Ocidental e Oriental...*, Lisboa, 1844-1846, de J. J. Lopes de Lima, ou da *Demonstração Geográfica e Política do Território Português na Guiné Inferior, que abrange o Reino de Angola, Benguela e suas Dependências*, Rio de Janeiro, 1848, de J. A. Carvalho e Menezes, entre muitos outros. A geografia moderna, como domínio do conhecimento humano, ganhava novos conceitos, ia-se praticando com outros métodos de observação e interpretação das paisagens terres-

tres, sobretudo das complexas relações espaciais e temporais entre os homens e a superfície do globo que lhes serve de habitação e local de actividades. Construía-se a Geografia moderna a partir das ideias de Alexander von Humboldt e de Carl Ritter, que ganhavam cada vez mais adeptos. Mal conhecida entre nós, todavia era sensível a sua influência. Em 1871 constituiu notável êxito a reunião internacional sobre Ciências Geográficas e Comerciais, em Antuérpia, com numerosos participantes de vários países europeus. O acontecimento assinalaria a origem dos congressos internacionais de geógrafos e de estudiosos de ciências afins, para discutirem problemas de método e prática dos estudos geográficos, a evolução dos conhecimentos dos fenómenos da superfície terrestre, o ensino da Geografia. Obviamente, as explorações de regiões ainda mal conhecidas, nomeadamente em África, mereceram sempre a atenção dos congressistas e tiveram lugares de relevo nas discussões.

No decorrer do século passado foi-se aprofundando em Portugal a preocupação pelo conhecimento científico actualizado dos territórios do ultramar, aliás na continuação de uma tradição que provinha do século anterior com a Academia Real das Ciências (criada em 1779), a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica (1798-1807), a Associação Marítima e Colonial (1839-1846) e outras instituições, não esquecendo certas intervenções do Conselho Ultramarino. Alguns exemplos, escolhidos um pouco ao acaso, ilustram a diversidade de preocupações. Sem recuarmos demasiado, começemos pela circular de 18 de Fevereiro de 1850, recordando outra de dois anos antes, para os Governadores das Províncias Ultramarinas, a solicitar-lhes a remessa de espécimes de história natural para os estabelecimentos de ensino e museus do país, com instruções minuciosas «para a colheita, preparação, acondicionamento e transporte dos produtos e exemplares dos três reinos da natureza» (*Collecção Official de Legislação Portuguesa*, Lisboa, 1851, pp. 100-104). O governo incentivava os naturalistas a percorrerem as colónias, a Academia das Ciências elaborava as instruções para o trabalho científico, à Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra e à Sociedade Farmacêutica Lusitana pedia-se que indicassem os assuntos a estudar. Por despacho de 10 de Abril de 1852 o austríaco Friedrich Welwitsch era designado como naturalista para uma longa missão em Angola, pelo litoral entre o Cuanza e Quizembe, por Ambaca, Golungo Alto e Cambambe, pelos planaltos centrais, etc., onde, durante sete anos, foi colhendo magníficos exemplares da flora (5.737 espécies!); no deserto namibiano deparou-se-lhe o célebre exemplar que acabaria por receber e perpetuar

o seu nome: a *Welwitschia mirabilis*, proposto por J.D. Hooker para substituir o de *Tumboa* (de *Ntumbo*, o nome que lhe davam os indígenas) atribuído pelo próprio descobridor. Os *Apontamentos fitogeográficos sobre a flora da província de Angola da África equinocial, servindo de relatório preliminar acerca da exploração botânica da mesma província ...*, datados de Luanda, 7 de Junho de 1858 (*Boletim e Anaes do Conselho Ultramarino*, Lisboa, 55, 1858), continuam a constituir um documento notável. De modo idêntico foram importantes as investigações de José Anchieta, encarregado em 1866 da «exploração zoológica das províncias de Angola e S. Tomé e Príncipe». Quanto à primeira, foi-lhe recomendada «toda a região que se estende pela linha da costa desde o rio Loge ao Cunene e que no interior abrange os concelhos de Duque de Bragança, Caconda e Huila» e, «sendo possível, até os pontos mais interiores de Cassange, Bailundo e Humbe». J. Anchieta obrigava-se a remeter, todos os três meses, um relatório dos trabalhos efectuados e a enviar para o Museu Nacional de Lisboa (actualmente da Faculdade de Ciências da Universidade Clássica de Lisboa) todos os exemplares que fosse colhendo. O Decreto de 29 de Novembro de 1866 foi precedido de um excelente relatório justificativo em que se patenteia a visão da época sobre a «política essencialmente colonial e marítima», quanto às províncias portuguesas de África, sobretudo «menos favorecidas pelo clima e mais atrasadas no caminho da civilização»; insiste na necessidade imperiosa de terminar definitiva e imediatamente com a escravidão, um forte obstáculo para o desenvolvimento da correcta colonização; põe em relevo a urgência de reformas para melhorar as condições de vida nesses territórios; sugere o estudo sobre a viabilidade da aplicação do «sistema de descentralização administrativa, adoptado novissimamente para as colónias francesas» (*Collecção Official de Legislação Portuguesa*, Lisboa, 1866, pp. 497-500).

Estes poucos exemplos ilustram as preocupações, por um lado, de melhoramento da administração, e, por outro lado, de melhoria do conhecimento dos territórios ultramarinos. Os de África mereciam lugares cimeiros, uma vez que da Índia só restavam praças e um pequeno território, e na América o Brasil se tornara independente. E, mais do que isso, naquela época outras potências europeias adiantavam-se na penetração do continente africano, contestando os tradicionais direitos que Portugal argumentava ter adquirido historicamente. «Outros vieram depois de nós e mais numerosos e dotados de mais meios conseguiram

adquirir grande parte do que os nossos descobriram e ocuparam ...» (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 1, 1876, pp. 38 e 39).

Impunha-se pois a tomada imediata de iniciativas vigorosas para a participação portuguesa nesse «movimento geral de exploração científica, civilizadora e económica da África central». Havia que acautelar contra certas manobras que se delineavam em vários lados, como aquelas na célebre Conferência de Bruxelas. O rei Leopoldo II convidara para o seu palácio, a título particular, sem envolver o seu governo, alguns estudiosos dos problemas africanos com o fim de serem discutidos aspectos relacionados com a exploração civilizadora, sistemática e definitiva da África. Nenhum português recebeu convite para essa reunião que decorreu entre 12 e 14 de Setembro de 1876, e o governo teve conhecimento dela quer por notícias de Bruxelas, quer de Londres; mas nada podia fazer, senão aguardar que não fossem ignoradas e prejudicadas as posições portuguesas em África. Não esqueçamos que daquela reunião sairia a formação da *Association Internationale Africaine*, uma associação de exploradores, geógrafos e filantropos, que se pretendia internacional, com comissões nacionais de cada um dos países interessados, mas que nunca o chegou a ser. Cerca de dois anos mais tarde, fundindo-se com o *Comité d'Études du Haut Congo* (Novembro de 1878), passaria a *Association Internationale du Congo*, a qual, por sua vez, daria lugar à criação do *État Indépendant du Congo*, por alturas da célebre Conferência de Berlim de 1884-1885. Em ofício de 19 de Março de 1877, da Direcção-Geral do Ultramar para a Comissão Central Permanente de Geografia, respondendo à consulta que esta fizera de convite da Associação Internacional Africana à Sociedade de Geografia de Lisboa, «para constituir quanto antes a comissão nacional portuguesa», e desta para a Comissão, a resposta é clara: «o governo de Sua Magestade entende não dever comprometer a responsabilidade do país em actos de estranha direcção, e guarda inteira a sua liberdade de continuar a civilização africana ...» (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 2, 1877, p. 134). No entanto o governo não podia impedir que a Sociedade de Geografia, uma associação de iniciativa particular, deliberasse em ampla liberdade quanto ao convite que lhe formulara a Associação Internacional Africana. De outro modo não poderia ser a resposta tendo em conta que esta associação pretendia que as comissões nacionais trabalhassem em conformidade com os seus pontos de vista e planos cujas consequências já na altura eram de algum modo previsíveis, e o tempo confirmaria. Urgia pois promover quanto antes uma expedição portuguesa que



pudesse contribuir para o progresso das ciências geográficas, que buscasse os caminhos mais fáceis, mais rápidos e mais seguros para o comércio lícito de Angola para Moçambique, e que tivesse também por missão essencial o estudo do modo mais eficaz de reprimir o tráfico de escravos e de anular a injusta suspeita de que em terras portuguesas, ou à sombra da sua bandeira, se cometesse um crime tão odioso contra a humanidade. Estas eram as ideias geralmente expendidas, na altura em que Portugal vivia então um período de governo com os Regeneradores, estando João de Andrade Corvo no pelouro da Marinha e Ultramar.

## II

Em 1876, por Decreto de 17 de Fevereiro foi criada a Comissão Central Permanente de Geografia junto daquele Ministério, preenchendo-se assim uma lacuna sobremaneira sensível e desde há muito estranhada por nacionais e estrangeiros, que realizaria os seus fins (Art.º 1.º, reproduzido na segunda página deste trabalho) por várias vias: dando ao governo as informações, pareceres, esclarecimentos de sua competência, que lhe fossem pedidos; organizando, promovendo, auxiliando ou instruindo explorações científicas; coligindo exemplares, documentos e livros que interessassem à geografia, à história etnológica, à arqueologia, à antropologia e às ciências naturais; procurando, auxiliando ou dirigindo quaisquer trabalhos e publicações que se julgarem adequados; estabelecendo relações com os diversos centros e grêmios científicos; propondo ao governo todas as providências que favorecessem os progressos das ciências geográficas em Portugal e que tendessem a tornar mais e melhor conhecidos a parte com que a nação tem contribuído para a história geral da geografia, e as vastas e importantes regiões ultramarinas que possuía e em relação às quais tinha deveres e vantagens.

O governo reservava-se a nomeação dos dezoito vogais efectivos para a constituição integral da Comissão e sobre proposta dela, a aprovação dos delegados nacionais e estrangeiros, entre pessoas que tivessem dado provas de conhecimentos científicos naquelas áreas. A Comissão teria três secções, cada uma com seis vogais efectivos — uma de geografia, outra de história etnológica e arqueologia, e a última de antropologia e ciências naturais. O regulamento da Comissão seria aprovado cinco meses depois e a nomeação dos vogais efectivos recairia sobre

personalidades como A. A. Teixeira de Vasconcelos, A. José Teixeira, Bernardino António Gomes, Carlos E. Correia da Silva, Carlos Ribeiro, Carlos Testa, Conde de Ficalho, Duque de Palmela, F. A. de Brito Limpo, J. César de Figanière, José Júlio Rodrigues, José Maria de A. A. Correia de Lacerda, J. da Silva Mendes Leal, J. Tavares de Macedo, J. V. Barbosa du Bocage, Luciano Cordeiro, Marquês de Souza Holstein e Thomás de Carvalho. O lugar de presidência cabia ao Ministro, o de Vice-Presidente a Bernardino A. Gomes, o de Secretário a José Júlio Rodrigues e o de Vice-Secretário a Luciano Cordeiro. Na secção de Geografia ficaram António J. Teixeira, Carlos E. Correia da Silva, Carlos Testa, Francisco A. Brito Limpo, J. Júlio Rodrigues e J. Tavares de Macedo. E a título de curiosidade, recordamos também alguns dos quarenta e dois delegados estrangeiros, nas pessoas dos presidentes das Sociedades de Geografia de Paris, Londres, Berlim, Madrid, Bucareste, Bruxelas, Amesterdão, Cairo, Roma e S. Petersburgo, de exploradores e geógrafos como H. Duveynier, G. Nachtigal e Behm, do bibliotecário Charles Ruellens, de Bruxelas, a quem se ficara a dever a organização da reunião internacional de 1871, que, como já referimos, foi considerada como o primeiro Congresso Internacional de Geografia. Muitas foram as instituições nacionais e estrangeiras que saudaram com palavras de apreço a criação da Comissão Central Permanente de Geografia.

Entretanto, no campo da iniciativa particular, um grupo de personalidades pensava, em finais de 1875 (ano do Congresso Internacional de Geografia, realizado em Paris), a criação de uma Sociedade de Geografia de Lisboa, à semelhança das que já existiam em cidades de outros países, Paris (1821), Berlim (1828), Londres (1830, com a integração da *African Association*), S. Petersburgo (1845), Leipzig (1851) e outras. Os estatutos foram apresentados ao Governo Civil com as assinaturas de Luciano Cordeiro, Rodrigo Pequito, Cândido de Figueiredo, Cândido de Moraes, Emiliano de Bettencourt, dentre setenta «sócios fundadores», tendo sido aprovados em 29 de Janeiro de 1876. A sessão preparatória de actividades da nova agremiação decorreu na sala da Sociedade de Ciências Médicas, na já desaparecida Rua do Príncipe, quando aquela mal acabara de comemorar o seu primeiro centenário. Entre outros pontos ficou assente que se convidassem os membros da Comissão Central Permanente de Geografia, os do Instituto Geográfico, os professores de escolas superiores e alguns outros. A primeira sessão de trabalhos teve lugar em 15 de Maio. A Sociedade de Geografia tão bem se houve que, em poucos anos, recebia a Comissão Central Permanente,

consoante decisão do governo expressa em Decreto de 12 de Agosto de 1880, referendado pelo Visconde de S. Januário. Vale a pena recordar alguns pontos da fundamentação da medida tomada. Sendo importante congregar os esforços para o desenvolvimento dos estudos e das investigações geográficas, principalmente sobre as possessões ultramarinas, evitando-se os prejuízos da dispersão de organismos votados a objectivos semelhantes, tendo em conta o parecer formulado de acordo com a direcção da Sociedade de Geografia, o governo autorizava que a Comissão Central Permanente de Geografia passasse a denominar-se Comissão Central de Geografia; que ficasse a cargo da Sociedade de Geografia a guarda e conservação da biblioteca e arquivo daquela Comissão Central Permanente, bem como todo o expediente da nova Comissão Central; que os documentos de carácter científico a que a Comissão Central de Geografia ou a Direcção Geral do Ultramar julgassem conveniente dar publicidade fossem insertos no boletim da Sociedade de Geografia; que esta prestaria ao governo e à Comissão Central de Geografia todas as informações e pareceres que lhe fossem requeridos sobre assuntos da sua competência; o governo pagaria as despesas inerentes aos encargos assim transferidos para a Sociedade de Geografia de Lisboa.

Uma das primeiras manifestações importantes da Comissão Central Permanente de Geografia foi, sem dúvida, a representação dirigida ao Rei, com data de 28 de Junho de 1876, acerca da urgência de uma expedição científica portuguesa à África central: «Um vasto problema geográfico, ao mesmo tempo altamente económico e civilizador está prendendo a atenção das primeiras sociedades geográficas, assim como dos governos das principais nações da Europa. Trata-se de penetrar no centro de um continente até aqui quase impenetrável, o continente africano, que tudo faz crer não resistirá hoje ao poder da investigação de ousados viajantes, à influência da indústria e do capital, de que dispõem na actividade em tão larga escala os povos mais adiantados e coloniais» (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 1, 1876, p. 38). Ainda segundo o mesmo texto, motivos ponderosos mostravam que a verdadeira África a conquistar era a central, quer por motivos de natureza física (rios e lagos, fertilidade dos solos, riquezas minerais, salubridade climática, mais favorável à colonização europeia do que o litoral menos hospitaleiro, etc.), quer de natureza humana (posta em relevo a tradicional presença portuguesa, as relações históricas estabelecidas com potentados indígenas do interior, etc.). Também se reconhecia a falta de duas coisas que podiam ter tornado mais profícuos os resultados das explorações desde

há muito efectuadas: mais habilitações científicas dos exploradores, que lhes tivessem permitido ver melhor e relatar com maior precisão o que lhes fora dado observar; e a escassez de gente e capitais «em quantidade que chegasse para explorar pelo comércio e pela indústria tão dilatadas regiões» (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 1876, p. 38). Nessa altura, a viagem de V. Cameron foi dada como exemplo a seguir. «Mais feliz do que os outros, porque veio depois deles, aproveitando as descobertas respectivas, e porque se achou mais bem preparado para bem ver e bem relatar, ligando todas as observações feitas, conseguiu fixar a verdadeira fisionomia hidrográfica do interior africano, estabelecer as relações orográficas dos três grandes rios africanos, traçar por meio deles uma linha de águas quase não interrompida, de costa à costa nos dois oceanos, fazendo esperar talvez um percurso aquático através do continente, antes mal ou apenas entrevisto (*Idem*, p. 39). Mais adiante foi considerado que «o justo alvoroço produzido geralmente pela viagem do tenente Cameron vai levá-lo de novo à África para completar as observações feitas. A região do Zaire será por ele invadida pela costa ocidental, e prosseguindo ao longo deste ou pelos terrenos por ele banhados conseguirá, sem dúvida, o intrépido viajante ligar as observações que faça com as que do outro lado têm sido alcançadas e o perfeito conhecimento da extensa linha de águas através do grande continente será de todo obtido, adquirindo-se para a ciência da geografia o resultado talvez o mais assinalado dos nossos tempos, e provavelmente para a civilização da África e comércio do mundo a conquista mais importante que modernamente haja sido feita (*Idem*, pp. 39 e 40). Não se passaria muito tempo que o entusiasmo por V. Cameron esmorecesse, aquando das afirmações por ele proferidas contra Portugal, acerca da prática do tráfico da escravatura.

Por todas as razões acima apontadas e outras igualmente fortes, a Comissão Central Permanente de Geografia recomendava «a organização de uma expedição africana cujo principal fim continue a ser como o das expedições anteriores, a ligação das duas costas com respeito sobretudo aos pontos por nós ocupados, a mais perfeita apreciação do interior respectivo e mais especialmente dessa interessante região dos lagos que lhes serve de intermédio, e que poderá ajudar a abrir caminho que facilite o maior comércio interno e quantas mais relações aproveitem aos nossos interesses e à civilização do mundo» (*Annaes ...*, Lisboa, 1, 1876, p. 40). Bernardino A. Gomes, J. V. Barbosa du Bocage e José Júlio Rodrigues constituíram o grupo de trabalho para formular

o plano geral da expedição que, depois de discutido no âmbito da assembleia geral, se apresentaria ao Governo.

Não eram passados três meses e caberia a vez à Sociedade de Geografia de Lisboa de fazer também uma representação ao Rei, em termos vibrantes de nacionalismo e de empolamento patriótico que as circunstâncias sugeriam, relevando como era urgente «a exploração científica, o estudo geográfico, na sua mais lata aplicação, do grande sertão africano, a abertura daquele imenso campo de exploração e de engrandecimento comercial e industrial, ao trabalho e à civilização das raças cultas, aos grandes interesses e às generosas ideias da nossa sociedade e do nosso século» (*Annaes ...*, Lisboa, 1, 1876, p. 41). Era ainda recordado o «movimento entusiástico, quase febril, que o problema africano, em si e nas suas relações mais remotas, nas suas mais longínquas consequências, tem suscitado e está alimentando, na Inglaterra, na Alemanha, na França, na Itália, em toda a parte, movimento das mais autorizadas opiniões e das dedicações mais acrisoladas», etc. (*Idem*, p. 41). Por força disso, o país não podia ficar alheio àquele movimento «tão sabiamente patrocinado por outros governos, senão dirigido e estimulado por eles até» (*Idem*, p. 41).

Para os subscritores da representação da Sociedade de Geografia trata-se de um problema grave para todos os ânimos, «um problema de vida ou de morte neste movimento a um tempo científico, político e económico» (*Idem*, p. 42). E interrogavam: «Que será de nós, das nossas tradições, da nossa soberania, dos nossos interesses coloniais, se outros povos, sem nós e contra nós, se apoderarem do coração de África, traçando-lhe caminho à sua grande laboração e exuberância produtora, na direcção do Nilo, do Atlântico-norte africano ou do Oceano Índico?» (*Idem*, p. 42). Aduzindo outros argumentos tidos como de imperativo nacional, assim a Sociedade de Geografia, na sua sessão de 7 de Julho de 1876, resolve solicitar que, pertencendo ao governo, «pelas condições gerais do país e no estado actual do problema africano, estado de internacionalidade política e económica, o fazer entrar a nação portuguesa com uma acção imediata, efectiva e enérgica, de exploração geográfica e de tentativa de ocupação do interior da África, ...» aquele houvesse por bem promover e iniciar a organização de uma expedição científica, devidamente dotada, ao sertão africano; pôr à disposição do governo as suas fracas possibilidades, «a sua colaboração quer como associação de estudo, quer convidando as associações comerciais do país a juntarem-se a ela no auxílio e resolução deste importante problema,

que tanto importa ao comércio e indústria portuguesa, bem como prestando-se a abrir, desde já, uma subscrição nacional em todo o país para cobrir, até onde fosse possível, as despesas necessariamente grandes da expedição indicada» (*Annaes ...*, Lisboa, 1, 1876, p. 43).

Postas deste modo as motivações, caberia ao ministro J. de Andrade Corvo, na sessão da Comissão Central Permanente de Geografia, de 21 de Outubro de 1876, apresentar o plano que lhe parecia melhor: a organização simultânea de duas expedições que pantissem uma da costa leste e outra da costa oeste da África portuguesa e rectificassem as fronteiras portuguesas para o interior, tendo um objectivo comum no sertão africano (*Annaes ...*, Lisboa, 1, 1876, p. 85); a expedição deveria fazer o estudo de pontos geográficos que parecessem da maior importância, não só para a solução geográfica dos grandes problemas, mas também dos interesses de Portugal (*Annaes ...*, Lisboa, 2, 1877, p. 212). Não deixa de ser pertinente acrescentar aqui outras afirmações positivas de J. de Andrade Corvo, incluídas no volume primeiro dos seus *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*, Lisboa, 1883, quando atesta o facto de «estarem tão mal definidos e tão inconvenientemente fixados os limites do nosso domínio ao norte de Angola. Esse vago das fronteiras, que tantos recomendam como deixando-nos livres para futuras reclamações e aspirações a mais vastos domínios, é um perigo e um erro. Os factos estão cada dia mostrando o perigo e provando o erro» (p. 157). Ainda do mesmo autor e volume, a ideia de que «a imensidade do território, que possuímos ou a que temos direitos reconhecidos na África oriental e ocidental, não pode deixar de ser tida em consideração, quando se trata da nossa situação como nação colonial. Essa vastidão imensa é um bem e é um mal» (p. 36).

De acordo com os documentos publicados no primeiro volume de *Annaes da Comissão Central Permanente de Geografia*, coube a Barbosa du Bocage a primeira intervenção de fundo, na sessão de 25 de Novembro (pp. 92-93). Começou por informar que o grupo de trabalho de que fazia parte e que fora designado em reunião anterior, para estudar o planeamento da expedição portuguesa africana, ainda não funcionara, por motivo de doença e ausência de Bernardino A. Gomes. Porém, parecia-lhe melhor que o assunto fosse largamente discutido e resolvido com urgência em sessão plenária da Comissão Central. Era necessário fixar com clareza o intuito da expedição, sem prejuízo das competências do governo e do poder legislativo. Na sua opinião, seria melhor que a expedição fosse dividida em dois grupos: um para penetrar na região

ignorada do Congo, e outro para descer esse rio para sul, «explorando território confinante com a nossa dominação ou ainda sujeito a ela» (*Idem*, p. 92). Se o primeiro grupo não conseguisse levar a cabo a sua missão, por dificuldades criadas pelos indígenas aguerridos, então contornaria a área. Para ele, a ideia de duas expedições, uma partindo da costa leste e outra da oeste, por um lado, representaria grandes sacrifícios e enormes despesas, e, por outro lado, não se mostrava assim tão necessário, porquanto as ligações desde há muito tinham sido estabelecidas por viajantes portugueses. Aspecto igualmente relevante, e a ter em conta, era o de que não bastaria tal expedição, por si só, para dar a Portugal o merecido lugar no movimento civilizador. Havia que pensar na «reforma radical e profunda da nossa administração colonial e dos hábitos e tradições deploráveis dessa administração, que eram as verdadeiras causas da má vontade que a dominação portuguesa em África encontrava, e das contrariedades impostas à posse efectiva da nossa soberania no Zaire e noutras regiões» (*Idem*, p. 92). Era preciso dar ao mundo sérias garantias de uma dominação e de uma administração colonial honesta, liberal e ilustrada.

A segunda intervenção foi a de José Júlio Rodrigues (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 1, 1876, pp. 93-95) para quem, em primeiro lugar, urgia estudar e melhorar os conhecimentos acerca das colónias. Não acreditava na utilidade de uma grande expedição geográfica, «mais internacional que portuguesa», porque o país não tinha capacidade para concorrer com o estrangeiro; este procurava, dispondo de enormes recursos, «fazer do Nilo uma espécie de bomba aspirante dos produtos da África central. Por outro lado, tendo homens cheios de ilustração e boa vontade, não tinham já exploradores educados na realização de tais empresas» (*Idem*, p. 93). Em vez dessa expedição, antes deveriam ser organizadas duas comissões de estudo, destinadas uma à costa ocidental e a outra à costa oriental, para determinarem, geodésica e cartograficamente certos, os limites das possessões portuguesas. Para isso, o governo deveria encarregar a Comissão Central Permanente de Geografia dos necessários estudos e investigações para que aquelas comissões pudessem definir os seus programas de trabalhos assentes sobre bases sólidas e incontestáveis. A prioridade deveria caber à determinação do que era português; depois se abordaria o resto. «Determinando o contorno fundamental interno das nossas possessões normais no continente africano» (*Idem*, p. 93), construir-se-ia então o esboço corográfico delas, aproveitando não só os elementos já existentes, mas também procurando

obter outros novos. No prosseguimento das tarefas caberia escolher sobre as zonas limítrofes certo número de lugares próprios para estabelecimentos comerciais, em sítios saudáveis e adequados ao comércio indígena, de fácil comunicação com a sede do governo-geral, que servissem de pontos estratégicos e de bases de operações militares, e que atraíssem gentes para, com o tempo, se tornarem em centros de uma nova colonização portuguesa (*Idem*, p. 94). Continuou ainda J. Júlio Rodrigues, recordando quão importante seria desviar a emigração para as Américas em proveito da África, para que esta deixasse de ser o «supremo destino e derradeiro castigo dos que a lei portuguesa fere pelos seus crimes» (*Idem*, p. 94). Para os reconhecimentos exteriores às possessões portuguesas deveriam escolher-se apenas homens com firmeza de alma, deliberação pronta, espírito, prática e ciência de observação, além de saúde e robustez suficientes. Os tratados de aliança com as autoridades indígenas mais poderosas completariam os objectivos da expedição. «Civilizemos pois as nossas colónias, estudemo-las conscienciosamente, aproveitemo-lhes os recursos, liguemo-las de vez com o interior da África» (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 1, 1876, p. 95), para se poder caminhar a par com o estrangeiro que explorava nessas partes africanas.

Não deixa de ser pertinente chamar a atenção para o facto de tudo isto ter sido exposto e discutido cerca de dez anos antes da célebre Conferência de Berlim, de 1884-1885!

Na mesma sessão de 25 de Novembro de 1876 Luciano Cordeiro, o vice-secretário, concordando com a generalidade da proposta de J. de Andrade Corvo, Ministro e Presidente da Comissão Central Permanente, todavia achava inútil que os dois grupos tivessem um objectivo comum; parecia-lhe melhor que fossem de costa a costa separadamente. «Chegara a fantasiar uma exploração» com um grupo que subisse a região do Zaire, explorasse o rio Lualaba, descesse ao lago Tanganica, passasse ao Niassa e daí a Moçambique, fixando as coordenadas geográficas de caminhos descobertos ou percorridos; e um outro que seguisse pelo Zambeze acima, se internasse na direcção do Loesi, viesse às cabeceiras do Cuanza e à costa ocidental. Ponderava que, conhecidos os obstáculos de uma exploração tão vasta, as palavras de Barbosa du Bocage deveriam merecer a melhor atenção, «podendo os grupos expedicionários separarem-se acima do Porto da Lenha, e procurar um deles seguir o Mambala para o sul, e outro tentar explorar o Maxwell, braço norte do Zaire» (*Idem*, p. 95). Congratulou-se com as afirmações do mesmo

colega sobre a necessidade de reforma urgentes do sistema administrativo, ou a coragem de se reconhecer a «falta de sistema colonial». Discordava de J. Júlio Rodrigues quando este se referia à ineficácia da expedição e ao adiamento dela. De igual modo não podia aceitar que se falasse em deficiência da preparação dos exploradores, pois havia bons oficiais de marinha capazes de procederem tão bem como fizera V. Cameron, além de se dispor de guias e informações africanas excelentes, alicerçadas nas explorações já efectuadas. Concordava que os argumentos expendidos na sessão provavam plenamente que não poderia ser mais retardada a acção que se impunha.

Sem negar a utilidade da expedição, Barbosa du Bocage também discordava de J. Júlio Rodrigues quanto às suas afirmações acerca da eficácia dela e da falta de exploradores habilitados. Quanto ao intuito da missão, que o Ministro já considerava como uma exploração científica, achava que competia ao governo a sua definição rigorosa. Não tinha dúvidas quanto à urgência da resolução do assunto, mas sentia que ele merecia mais ponderação. O Conde de Ficalho, ao tomar a palavra, acrescentaria que, embora o Ministro tivesse indicado, até certo ponto, o carácter da expedição, convinha na verdade discutir esse assunto até esclarecê-lo melhor, para que a Comissão Central Permanente pudesse dar um parecer bem fundamentado.

Na sessão seguinte, de 9 de Dezembro, começariam por ser abordados outros temas, tais como a escolha de instrumentos e outro material, a recolha de informações, a contratação de guias em terrenos africanos, etc. Luciano Cordeiro, no desejo de que se imprimisse uma certa orientação nos trabalhos, apresentaria uma proposta com os seguintes pontos fundamentais: 1) Organização de uma expedição de exploração científica e comercial a expensas do Estado, e destinada a investigar as condições do clima, configuração, produção, povoação, comunicações e topografia dos territórios que fossem percorridos, determinando as respectivas coordenadas geográficas, e procurando assim obter os melhores dados para o conhecimento das regiões ainda ignoradas; estabelecimento de relações de amizade e comércio com os povos ou estados que fossem encontrados; rectificação, quando possível, das fronteiras da antiga e da actual dominação portuguesa para o interior, no sentido de leste-oeste; estudo dos meios de alargamento da acção civilizadora e comercial de Portugal no sertão africano; recolha de todas as informações geográficas que tivessem interesse para a ciência, o comércio e a civilização. 2) Para este efeito, deveriam ser escolhidas

pessoas que, às necessárias condições físicas e morais, reunissem as melhores aptidões e conhecimentos científicos relativos aos fins pretendidos, e experiência de observações meteorológicas, astronómicas e geodésicas. 3) A expedição deveria ser composta por seis exploradores científicos, e pessoal de segurança e de serviço que se julgasse imprescindível. 4) A expedição subiria em transporte do estado o Zaire até ao Porto da Lenha, estabelecendo aí a sua primeira base de operações para o estudo do rio em barcos convenientemente preparados, com incursões pelos três braços conhecidos pelos nomes de Maxwell, Mambala e Sonho. 5) A expedição dividir-se-ia então em dois grupos, cada um deles com três exploradores, servindo de chefe o mais velho em cada um. 6) Um dos grupos seguiria o Zaire na direcção nordeste, estudando o curso fluvial tão longe quanto possível; estudaria ainda o Lualaba e o seu suposto tributário Lukaga, prosseguindo depois na direcção do Tanganica. 7) O segundo grupo dirigir-se-ia para sul internando-se, sendo possível, até encontrar os afluentes superiores ou as cabeceiras do Cuanza e do Zambeze. 8) Para um e outro grupo subsistiriam os mesmos fins anteriormente referidos. 9) Constituição de uma comissão executiva (dois vogais efectivos da Comissão Central Permanente de Geografia e dois membros da Sociedade de Geografia de Lisboa), sob a presidência do Ministro da Marinha e Ultramar, para apoiar constantemente a expedição enquanto ela durasse.

Alguns vogais continuavam apreensivos, porque sentiam que se estava a tratar «a questão da expedição portuguesa sob uma forma demasiado vaga, não se tendo definido positivamente os fins, o intuito a natureza da exploração que se projectava» (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 2, 1877, p. 218), conforme as palavras de Barbosa du Bocage que, desse modo, hesitava em dar o voto, quando lhe fosse pedido, sobre matéria de tamanha importância e responsabilidade. «Vamos cooperar com a Inglaterra, com a Alemanha, com outras nações, na exploração da África central, e empreender o reconhecimento daquela parte do grande continente designado geograficamente por parte ignota, onde até hoje não há sido possível penetrar?» (*Idem*, p. 219). Haveria efectivamente condições para se levar a cabo a exploração da grande bacia do Congo ou Zaire? Valeria a pena correr o risco e as consequências políticas de um recuo, no caso de insucesso? Não seria mais útil, menos difícil e menos dispendioso cobrir (dos pontos de vista geográfico, etnográfico, naturalista) as lacunas que os mapas mostravam nos territórios de dominação portuguesa entre o Zaire e o Cunene? Tais dúvidas,

«singelas observações e dúvidas», tal como se lhe apresentavam ao espírito, serviam apenas para dilucidar os problemas que tinham em mãos, de modo a enviar ao governo, «em vez dos costumados relatórios que vão dormir eternamente nos arquivos das secretarias de estado», resoluções que fossem adoptadas sobre os pontos principais.

Na intervenção seguinte, o Marquês de Souza Holstein chamaria a atenção para o facto de não se poderem alhear da discussão os grandes interesses nacionais, políticos e económicos em África, os quais estavam «em risco, perante o rápido movimento estrangeiro da exploração da África central» (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 2, 1877, p. 219). A hegemonia deste reduziria as colónias portuguesas a uma situação deplorável, de estreitas faixas litorais insalubres e pouco produtivas, de situação piorada pela perda do comércio no interior. Receava que, cingindo-se o pensamento e a discussão ao âmbito restrito da exploração geográfica dos territórios de ocupação portuguesa, se pudesse abrir um grave inconveniente político, que seria o de isso ser tomado por outros como uma confissão de o país se considerar com direito a esses territórios, apenas. Aproveitaria ainda a ocasião para ler o trecho de uma carta de R. Henry Major, secretário da Sociedade de Geografia de Londres e delegado estrangeiro da Comissão Central Permanente, a quem pedira certos esclarecimentos respeitantes ao assunto. Segundo esse senhor, «os dois pontos de partida indicados no intuito de se encontrarem os dois grupos» deixaria inteiramente a norte a área dos problemas mais interessantes que importava resolver quanto antes. Seria preferível constituir duas expedições distintas, uma das quais deveria investigar as origens do Zaire e a sua provável ligação com o Nyangwe, e a outra poderia ocupar-se da recolha de informações geográficas sobre o pouco conhecido lago de Kawolondo. O reconhecimento do sistema de águas na área entre o lago Bangweolo a sul, o Tanganica a leste, e o Nyangwe ao norte, e a costa ocidental, seriam do mais alto valor (*Idem*, p. 220).

J. Barbosa du Bocage faria questão de reafirmar o seu grande patriotismo. «Que não ousara condenar definitivamente a exploração ao Zaire ou Congo, cuja grande importância geográfica reconhecia» (*Idem*, p. 220), mas que o seu espírito vacilava perante tão grandes responsabilidades, as previsíveis consequências políticas dessa presença portuguesa e os obstáculos que outros poderiam criar para fazer gorar a expedição. Lembraria os mussurongos da margem esquerda do Zaire, «gente má e inimiga dos brancos», e outros povos da área; como os

portugueses seriam aí mal vistos por parte mesmo do comércio europeu, receoso do «estabelecimento do nosso malfadado sistema aduaneiro e burocrático ali» (*Idem*, p. 220). Todavia, parecia-lhe que se poderia partir de ponto mais ao sul e alcançar o Zaire acima dos obstáculos maiores com que a expedição pudesse deparar. Insistia em que fossem consideradas maduramente as questões do ponto de partida e da índole da exploração, acreditando que já existia um acordo quanto ao facto de haver uma só expedição.

Para Tavares de Macedo, a exploração deveria ter como objectivos não apenas os de uma missão científica, mas também os de um alargamento dos interesses coloniais e comerciais de Portugal. José Júlio Rodrigues retomaria as suas teses sobre as duas expedições, em obediência a um ideário nacional; a prioridade que deveria caber à melhoria dos conhecimentos geográficos e ao fortalecimento de relações humanas nas possessões portuguesas; a urgência de medidas para a reforma da administração colonial e para o estabelecimento de programas de colonização séria — mostrando-se assim à Europa que Portugal cuidava das suas colónias. Em contrapartida, mantinha que o país dificilmente poderia suportar os encargos avultados de uma expedição científica, como faziam os ingleses ou os alemães, além de ser duvidoso que por ela se descobrisse alguma coisa de novo acerca das questões fundamentais já identificadas.

Mas, a restrição da exploração geográfica somente aos territórios já possuídos por Portugal, não poderia fazer supor que o país se resignava a esses limites, abandonando quaisquer aspirações de alargamento da dominação? Não seria antes de pensar em termos desta expansão e não recuar perante os maiores sacrifícios? Assim se exprimiu o Marquês Souza Holstein, na busca de esclarecimentos para a questão que se debatia. No mesmo sentido, J. Barbosa du Bocage recordaria pontos fundamentais em torno dos temas: que fora o governo que comunicara à Comissão Central Permanente a disposição de organizar uma expedição; que a Comissão tomara para si o encargo de estudar o projecto da realização daquela missão; que, uma vez discutidos os vários aspectos, restava-lhe comunicar ao governo as resoluções tomadas. Também Luciano Cordeiro interviria no mesmo sentido, para destacar que, afinal, o processo tivera início com a representação que a Comissão enviara ao Rei, «redigida pelo sr. Dr. Bernardino António Gomes e assinada por todos», tendo sido entendido que havia no movimento civilizador de exploração científica e económica da África central uma questão vital

para o país, «uma questão de vida ou de morte» (*Idem*, p. 222) para a sobrevivência portuguesa naquele continente e para o futuro do país como nação colonial. Por isso mesmo, o Ministro da Marinha e Ultramar viera à Comissão para dizer que o governo aceitara o alvitre, e pedir um «parecer com que documentaria a proposta parlamentar» da obtenção de fundos. Sendo natural que surgissem dúvidas e apreensões acerca de alguns pontos, contudo não se poderia dilatar a decisão sobre o empreendimento que levaria a entrar, «tarde sim, mas a tempo ainda, no movimento em que andam empenhadas até nações que pouquíssimos ou nenhuns interesses têm directamente na África central, como a Bélgica e a Itália» (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 2, 1877, pp. 222-223). No seguimento, Luciano Cordeiro criticaria duramente algumas das ideias expostas por José Júlio Rodrigues, recordando-lhe que também eram «nossos outros pontos que nos não deixam ocupar e que é, por exemplo, nosso, numa grande parte, o Zaire ou Congo, a grande artéria oeste-africana, e ainda um bom tracto ao norte da sua foz» (*Idem*, p. 223).

A discussão prosseguiria na sessão seguinte, de 13 de Dezembro, aberta por J. Barbosa du Bocage para lamentar que as sessões fossem tão pouco concorridas, assinalando em particular as ausências de Teixeira de Vasconcelos, Carlos Testa, Carlos Ribeiro e outros cujas opiniões seriam importantes para a votação das deliberações. Meditando sobre as discussões que tinham tido lugar, achava que seria conveniente expor ao governo os dois aspectos distintos que o projecto de uma expedição portuguesa à África poderia assumir, deixando que ele resolvesse qual dos dois preferia, e concentrando-se então a Comissão sobre aquele que fosse escolhido: a grande expedição para penetrar na bacia do Zaire ou Congo; ou um reconhecimento menor das colónias, com fins geográficos, económicos e comerciais mais restritos? O Marquês Souza Holstein julgava poder afirmar que o governo preferia a primeira mas que lhe parecia correcta a ideia apresentada por Barbosa du Bocage. Porém, fosse qual fosse a resolução, conviria reunir em Lisboa, com brevidade, os exploradores que o governo escolhesse, pois tinha motivos para acreditar que a expedição deveria organizar-se em Março em África, inter-nando-se no interior em Abril; só eles poderiam escolher com rigor o itinerário, cumprindo apenas indicar-lhes os objectivos gerais. Luciano Cordeiro concordaria com essas ideias, embora continuasse a defender que a expedição «do Zaire à região dos lagos, e uma vez nesta, forçosamente à costa oriental, se afigurava ser a grande e a oportuna expedição no momento actual, fazendo-nos entrar de vez no movimento de explo-

ração africana, que fora o que pedira a Sociedade de Geografia, a Comissão, o que lhe parecia que manifestara mesmo a Associação Comercial de Lisboa, e o que a opinião geral indicava» (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 2, 1877, p. 225). Para José Júlio Rodrigues, tanto as representações da Sociedade de Geografia como a da Comissão Central Permanente admitiam perfeitamente que se comesse por educar e fazer exploradores, numa expedição dupla a partir das duas costas, em primeiro lugar para fazer o reconhecimento do que já era português e das suas relações com o sertão, e depois, pela forma que se mostrasse melhor, os estudos e averiguações extra-coloniais. Tinha dúvidas quanto à conveniência de se alterar a base indicada pelo Ministro, isto é, da expedição dupla. Outros vogais intervieram, emitindo as suas opiniões, que pouco divergiam das ideias já formuladas por J. Barbosa du Bocage e Luciano Cordeiro. A proposta do primeiro seria votada unanimemente e ao segundo caberia a redacção da consulta para enviar ao governo.

Assim, na sessão de 16 de Dezembro, Luciano Cordeiro apresentou e leu o projecto de parecer ou consulta, que os vogais presentes aprovaram por unanimidade, havendo a recomendação de ser dada a conhecer aos outros, que também deveriam subscrevê-la. J. Júlio Rodrigues, em coerência com os pontos de vista que defendera, solicitou que aceitassem uma declaração de voto, a qual gostaria que fosse anexada ao documento a enviar ao governo. (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 2, 1877, pp. 227-229).

Em sessão de 24 de Fevereiro, além de outro expediente, os vogais tomaram conhecimento de um ofício do presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa referente ao convite que a Associação Internacional Africana, de Bruxelas, lhe dirigira para que se formasse uma comissão nacional portuguesa (a que já nos referimos anteriormente), e ouviram ler a apresentação feita por F. A. de Brito Limpo e J. V. Barbosa du Bocage de uma memória pedida a A. Serpa Pinto sobre a expedição portuguesa ao interior da África. Decidiram que o primeiro caso fosse transmitido ao governo e, quanto ao segundo, acordaram em que as resoluções a tomar sobre os diversos pontos analisados por Serpa Pinto ficassem para quando a expedição fosse decretada e estivessem nomeados os seus membros, pois todos eles deveriam ser consultados e ouvidos na mesma altura. Também foi apreciada e aprovada uma nota especificando o número e qualidade dos instrumentos para serviço dos observadores expedicionários.

Com base no documento apresentado pela Comissão Central Permanente de Geografia o governo elaboraria a proposta de lei n.º 21-A, de 28 de Fevereiro de 1877, promulgada pelo Rei em 12 de Abril, e que o autorizava a organizar e subsidiar uma expedição para «explorar os territórios entre as províncias de Angola e Moçambique, e principalmente a estudar as relações entre as bacias hidrográficas do Zaire e do Zambeze, podendo dispender com ela até à quantia de 30.000\$00 réis (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 2, 1877, p. 126). Uma vez obtida a lei, ainda caberia à Comissão Central Permanente de Geografia a preparação de instruções para a expedição. Foram minuciosamente discutidas nas sessões de 11, 18 de Abril e 5 de Maio (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 2, 1877, pp. 254-271) e constituem um documento do maior interesse, que analisaremos detalhadamente noutro trabalho.

Em 8 de Maio a Comissão considerava como findados os trabalhos preparatórios da projectada expedição africana e apresentava um resumo das suas sessões e conclusões; comunicava que tinham sido escolhidos, em reunião de 19 de Abril, Alexandre Alberto da Rocha Serpa Pinto, capitão de Caçadores 4, e Hermenegildo Carlos de Brito Capello, primeiro-tenente da Armada que na altura se encontrava em Angola; sugeria que aos exploradores caberia a constituição dos corpo de colaboradores e auxiliares, bem como a fixação do ponto de início da expedição; aconselhava a que não se protelasse a partida para além de 5 de Julho; decidira, de acordo com os exploradores, que «fosse reputado objectivo da expedição o estudo do rio Cuango nas suas relações com o Zaire e com as províncias ocidentais portuguesas, e bem assim toda a região, que compreende ao sul e a sueste as origens do Zambeze e as do Cunene (estudado porventura até à foz) e se prolonga ao norte até entrar pelas bacias hidrográficas do Cuanza e do Cuango» (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 2, 1877, p. 127); estabelecia, por último, a prioridade da captação para eles e para Portugal da simpatia e auxílios dos potentados do interior, para o completo êxito da expedição e de realizações futuras; e, finalmente, que fossem em tudo iguais os poderes e faculdades dos três expedicionários eleitos.

Aceite a proposta pelo governo e nomeados oficialmente os exploradores em 11 de Maio, foram preparadas instruções de que resumiremos, por ora, os pontos mais relevantes, para além dos que eram enumerados na proposta da Comissão: Estreitar e ampliar relações comerciais das colónias portuguesas com os povos do interior, «esforçando-se por conhecer e averiguar quais os produtos de que a indústria

e o comércio possam auferir maior proveito, coligindo e apontando os meios próprios para se promover ou aumentar a produção e colheita de tais produtos» (*Annaes da Comissão ...*, Lisboa, 2, 1877, p. 130); indagar com todo o cuidado as causas que promoviam e conservavam o tráfico de escravos, e o modo pelo qual Portugal poderia impedi-lo, quer directa, quer indirectamente; enviar ao governo notícias circunstanciadas, cuidando-se das vias de remessa, para não se perderem documentos; tomar nota de todos os elementos precisos para a fixação exacta dos itinerários e para o reconhecimento geográfico e histórico-natural das regiões que fossem percorridas; marcar com exactidão os pontos fundamentais do roteiro, fazer sondagens mais características dos rios e lagos que fossem explorados, e efectuar determinações magnéticas, barométricas, termométricas e hipsométricas; procurar estudar as raças humanas nas suas qualidades mais fundamentais — relação e apreciação dos usos e costumes, do estado político, económico e religioso; elaboração de desenhos e esboços para facilitarem a compreensão dos aspectos relatados; colheita e remessa de produtos dos três reinos, da matérias primas, de utensílios e quaisquer outros objectos dignos de estudo; preenchimento, com o máximo de regularidade, do livro de viagem, segundo modelo anexo às instruções, ficando porém ao arbítrio dos exploradores o modo de o fazer e a amplitude e número atribuíveis às observações. Não teriam os exploradores de se ocupar especialmente com as investigações histórico-naturais, mas apenas de colher exemplares representativos de plantas e minerais das várias regiões, seguindo as instruções sumárias (*Annaes da Comissão ...*, 2, 1877, pp. 132-134). O pormenor chega ao ponto de se escrever que «na falta de etiquetas podem empregar-se lâminas de estanho, onde se gravem os números, ou mesmo recorrer a um pedaço de cordel com duas pontas desiguais, na mais comprida das quais cada nó designará uma unidade, e na mais curta uma dezena» (*Idem*, p. 134).

### III

As posições mais marcadas ao longo da discussão, foram, sem dúvida, as de José Júlio Rodrigues, de Luciano Cordeiro e, também, de José V. Barbosa du Bocage. Todos eles estavam de acordo na imperiosa necessidade de que Portugal organizasse uma expedição de pene-



tração no interior do continente africano; divergiam nos intuitos prioritários e sobre os resultados práticos do empreendimento. As instruções fornecidas aos expedicionários excluía qualquer viagem de costa a costa, limitando a exploração aos territórios efectivamente ocupados por Portugal na costa ocidental africana. No entanto, permaneciam fortes as duas tendências — a travessia de costa a costa, entusiasticamente defendida por Serpa Pinto, com o apoio de Luciano Cordeiro; e o reconhecimento geográfico das bacias do Zaire e do Zambeze, nas suas relações possíveis e com as bacias do Cuanza e do Cunene. Na sessão realizada a 4 de Julho de 1877, na Sociedade de Geografia de Lisboa, para a entrega da bandeira nacional aos exploradores, Serpa Pinto explicaria, à assistência, o programa da expedição e poria em relevo que «o governo e a Comissão Central Permanente de Geografia tinham deixado ao critério dos expedicionários, e às circunstâncias em que eles pudessem achar-se o itinerário a seguir, e o ponto de partida da expedição para se internar no interior, aconselhando contudo como primeiro objectivo o Cuango;..., dependendo das circunstâncias seguirem o Cuango, e bem assim o caminho mais proveitoso a seguir para a contra-costa, ou regressarem sobre o Cunene» (*Actas da Sociedade de Geografia ...*, 1877). Com tais palavras antecipava os acontecimentos posteriores. No esboço histórico do início do seu primeiro volume *De Angola à contra-costa. Descrição de uma viagem através do continente Africano*, Lisboa, 1886, escreveriam H. Capello e R. Ivens, em p. 17, «em 1877 é organizada uma nova expedição, que abalando de Benguela se subdivide no Bié; uma parte, sob o comando do major Serpa Pinto, dirige-se para o oriente e após atingir o curso do Zambeze, conta para a costa oriental, ao passo que a outra, sob a direcção dos autores do presente livro, se dirige para o Quioco em busca das cabeceiras do Cuango e, prolongando o curso deste rio, vai até Iaca, de onde volve a Luanda».

Em «As Origens da Comissão de Cartografia e a Acção determinante de José Júlio Rodrigues, Luciano Cordeiro e Francisco António de Brito Limpo. A história política das explorações africanas de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto», Lisboa, 1982, H. Gabriel Mendes tratou o assunto com pormenor, relevando a acção intencional de Luciano Cordeiro, as suas aspirações africanas, e de como «tencionava substituir-se à Comissão Central Permanente de Geografia» (p. 21). «Luciano Cordeiro de modo nenhum se conformou com o facto da expedição não ser de costa a costa... Ainda mal tinham partido os expedicionários, já ele em correspondência para o estrangeiro, dava

estranhas informações sobre os fins da viagem de Capelo, Ivens e Serpa Pinto» (p. 19).

A 7 de Julho de 1877 partiam os exploradores de Lisboa, na primeira expedição científica do século XIX cuidadosamente discutida e planeada pelos vogais efectivos da Comissão Central Permanente de Geografia, de onde saíra a representação de 28 de Junho de 1876, assinada por Bernardino António Gomes, Jorge César Figanière, António Augusto Teixeira de Vasconcelos, Carlos Ribeiro, D. José de Lacerda, Carlos Eugénio Correia da Silva, Dr. António José Teixeira, José Vicente Barbosa du Bocage, Conde de Ficalho e Luciano Cordeiro. Isto têm esquecido de mencionar muitos autores, e alguns deles têm atribuído, erradamente, à Sociedade de Geografia de Lisboa as responsabilidades da organização da expedição portuguesa à África central.